



ACÇÃO POLÍTICA E IMPORTÂNCIA DOS COMUNICADOS ZAPATISTAS PARA A RESISTÊNCIA INDÍGENA MEXICANA

POLITICAL ACTION AND IMPORTANCE OF ZAPATISTA COMMUNICATIONS FOR
MEXICAN INDIGENOUS RESISTANCE

ACCIÓN POLÍTICA E IMPORTANCIA DE LOS COMUNICADOS ZAPATISTAS PARA
LA RESISTENCIA INDÍGENA MEXICANA

Júnia Marúsia Trigueiro de Lima

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2919-9039>

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Brasil

DOI: 10.22481/poligs.v3i2.11369

Resumo: Este artigo discute como um tipo de artefato documental, os comunicados produzidos pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), redimensionou a resistência indígena de Chiapas, México. Formado por indígenas mayas, o Movimento Zapatista foi capaz de mobilizar pessoas de várias partes do mundo por meio de seus discursos, tornando-se agentes políticos anticapitalistas influentes. Além disso, esses comunicados modificaram as políticas nacionais em torno das questões indígenas. Proponho refletir o que faz com que tal artefato adquira tamanha notoriedade, analisando: 1) a forma como ele é construído - o papel dos porta-vozes, as demandas e os gêneros narrativos acionados - e 2) a história das negociações entre EZLN e o governo federal, o que culminou na consolidação de um terreno moral por parte dos zapatistas.

Palavras-chave: Comunicados zapatistas. formatos narrativos. terreno moral

Abstract: This article discusses how a type of documentary artifact, the communiqués produced by the Zapatista Army of National Liberation (EZLN), redefined the indigenous resistance of Chiapas, Mexico. Formed by Mayan indigenous people, the Zapatista Movement was able to mobilize people from around the world through its discourses, becoming influential anti-capitalist political agents. In addition, these communiqués modified national policies around indigenous issues. I propose to reflect on what makes such an artifact acquire such notoriety, analyzing: 1) the way it is constructed - the role of spokespeople, the demands and the narrative genres triggered - and 2) the history of the negotiations between EZLN and the federal government, which culminated in the consolidation of moral ground by the Zapatistas.

Keywords: Zapatista communiqués. narrative formats. moral ground

Resumen: Este artículo analiza cómo una especie de artefacto documental, los comunicados producidos por el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN),

redefinieron la resistencia indígena de Chiapas, México. Formado por indígenas mayas, el Movimiento Zapatista logró movilizar a personas de todo el mundo a través de sus discursos, convirtiéndose en influyentes agentes políticos anticapitalistas. Además, estos comunicados modificaron las políticas nacionales en torno a la temática indígena. Me propongo reflexionar sobre lo que hace que tal artefacto adquiera tanta notoriedad, analizando: 1) la forma en que se construye -el papel de voceros, las demandas y los géneros narrativos desencadenados- y 2) la historia de las negociaciones entre el EZLN y el gobierno federal, que culminó con la consolidación del terreno moral de los zapatistas.

Palabras clave: Comunicados zapatistas. formatos narrativos. fundamento moral.

Introdução

Ao ocupar sete municípios do Estado de Chiapas em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se apresentou ao mundo por meio da “Primeira Declaração da Selva Lacandona”¹ (COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN, 1994). Nesse comunicado, reivindicaram direitos enquanto povos originários, tais como de autogoverno, e de acesso ao território, que se tornaram as suas principais demandas posteriormente.

Paralelo ao embate armado, uma “guerra de palavras” (CLEAVER, 1998) foi instituída a partir desse comunicado, caracterizada por uma luta pelo poder de representar, moralizar, simbolizar, de dizer a verdade sobre quem são, suas condições de vida e os direitos violados em meio ao conflito. O discurso zapatista assumiu uma posição inédita entre povos originários mexicanos: foi escutado, legitimado e repetido por milhares de pessoas que a ele reagiram.

Redes de solidariedade mexicana e internacional, além de veicularem as declarações do movimento pela internet, também denunciaram violações de direitos humanos e se mobilizaram com marchas, caravanas e brigadas de observação, cinturões de segurança, etc. (ALEJANDRA PARRA, 2002). Essa reação em cadeia mudou a dinâmica do confronto armado e até hoje exerce um papel importante na resistência zapatista.

Até então, os povos indígenas que iniciaram e encabeçaram a insurgência despertavam pouco interesse político, midiático e acadêmico no México (LEYVA

¹ Os comunicados zapatistas são disponibilizados no site <http://enlacezapatista.ezln.org.mx>. Os links de acesso para cada comunicado citado encontram-se nas referências.

SOLANO; ASCENCIO FRANCO, 2002). Ainda assim, esse movimento entrou para a história como um dos mais conhecidos mundialmente. No período em que realizei minha pesquisa etnográfica em Chiapas (2016 e 2017), pude notar a importância dos comunicados nos relatos de vários estrangeiros que ali se encontravam, visitavam, moravam e/ou trabalhavam. São palavras que se fazem escutar e que atraem as pessoas.

Como esse discurso obteve esse alcance? Como conseguiu atrair tantas pessoas ao longo dos anos? Como ele conseguiu se manter enquanto uma voz influente entre redes e movimentos anti-hegemônicos de diversas partes do mundo? Essas são perguntas frequentes para as quais não há respostas consensuais. No presente artigo, examinarei como se configuram os comunicados zapatistas, o que fez com que assumissem um lugar de destaque nesse campo discursivo a ponto de mobilizar pessoas de todo o mundo. O papel dos seus porta-vozes, os múltiplos formatos e gêneros narrativos acionados e a heterogeneidade de suas demandas são alguns dos elementos que propiciam a ressonância desses comunicados. No entanto, argumento que parte da importância desse discurso se deve à construção histórica de um terreno moral que se consolidou por meio de um insulto moral decorrente de negociações frustradas com o governo federal. Esse terreno repercute como fator legitimador para propostas e iniciativas do EZLN até os dias atuais.

Hipóteses e trajetórias

Desde 1994 o discurso zapatista teve uma ressonância que ultrapassou o estado e o país, mobilizando pessoas e organizações diversas de vários lugares do mundo (ativistas, ONGs, intelectuais, movimentos de operários, de mulheres, de camponeses, entre outros). Essa ressonância promoveu a criação de redes de apoio e solidariedade com as quais os zapatistas compartilhavam ideais políticos como, por exemplo, a defesa de direitos humanos e da autonomia dos povos originários. O que, de início, se caracterizava como uma “guerrilha popular” acabou por tomar o formato de uma resistência antissistêmica devido à convergência política entre zapatistas e essas redes (LEYVA SOLANO, 2008).

De acordo com Graeber (2009, p. xii), a mudança estratégica, ou reinvenção, de guerrilha armada para um movimento que proclamava espaços autônomos de existência e se aliava a redes antisistêmicas “conseguiu cristalizar, em uma bela linguagem poética, todas as tensões de oposição que foram lentamente se aglutinando nos anos anteriores”². Chiapas se tornou o centro das atenções de pessoas que sonhavam com um mundo longe do racismo, do machismo, do imperialismo, do neoliberalismo, do capitalismo. Os encontros, marchas, caravanas e consultas promovidos pela “Comandância Geral do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena” (CCRI-CG) do EZLN mobilizavam milhares de pessoas — indígenas e não indígenas —, atentas às palavras de seus porta-vozes.

Há muitas hipóteses, mas não há um consenso sobre o que provocou esse efeito. De início, o Movimento Zapatista recebeu títulos como: o “primeiro movimento político pós-moderno” (BURBACH, 1994), a “primeira revolução pós-moderna” (CARRIGAN, 1995), ou “primeiro movimento de guerrilha informacional” (CASTELLS, 2006), pelo seu manejo da internet como catalizador da produção e disseminação de discursos de resistência, algo que ainda era uma novidade no mundo. Cleaver (1998: 81) afirmou que os zapatistas conseguiram estabelecer um “novo tecido eletrônico de luta para conduzir sua revolução pelo México e pelo mundo”. Passados 29 anos do levantamento, esse manejo da internet para a propagação do discurso zapatista já não pode mais ser considerado uma novidade. Ainda assim, sua capacidade de mobilizar pessoas é considerável³.

Alguns dizem que o apelo do movimento está nos formatos narrativos acionados pelos seus porta-vozes nos discursos, que misturam gêneros e artifícios literários, cuja estética atrai os leitores (GUILLERMO RAITER; INEZ MUNOZ, 1997). Outros dizem que tem a ver com a heterogeneidade de discursos que agregou demandas de vários outros tipos de movimentos (agrário, de direitos humanos, feminista, ecologista, anti-imperialista, etc.) (LEYVA SOLANO, 1999). Abordagens mais recentes reforçam que a mudança de direcionamento para o estabelecimento

² No presente artigo, todas as traduções das citações diretas foram feitas por mim.

³ Um exemplo disso ocorreu em março 2018. Mais de 10.000 mulheres de 27 estados mexicanos e mais de 40 países estiveram presentes no “Primeiro Encontro Internacional, Político, Artístico, Desportivo e Cultural de Mulheres que Lutam”, realizado em território zapatista (BARAHONA 2018).

concreto de autogoverno construído pelas bases zapatistas mostram que “outro mundo é possível” e já existe (OHLSON 2022, p.50).

Considero que os elementos mencionados têm uma parcela de contribuição na visibilidade do Movimento Zapatista ao longo dos anos. Mantendo a ressalva de que a existência de experiências concretas de autonomias indígenas é anterior ao zapatismo⁴, o apelo à ideia de que “outro mundo é possível”, um mundo fora ou alternativo ao capitalismo foi algo que escutei com frequência entre ativistas e simpatizantes do zapatismo durante minha pesquisa de campo.

Cheguei em 2016 a San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, para realizar a pesquisa de doutorado após passar nove anos investigando os comunicados zapatistas. Meu intuito inicial era de comparar o que era dito nos discursos com o que era reproduzido e vivenciado nas bases de apoio zapatista. No entanto, após seis meses de tentativas frustradas para obter autorização das instâncias regionais de governo autônomo, as “Juntas de Bom Governo” (JBG) para conduzir pesquisa em território zapatista, tive que redimensionar toda a proposta de investigação. Passei a comparar os discursos zapatistas com os de outros movimentos indígenas que conheci e acompanhei em Chiapas: o “Movimento em Defesa da Vida e do Território” (Modevite); e a “Sociedade Civil Las Abejas de Acteal”.

Além da análise dos comunicados publicados na internet, o acesso ao discurso zapatista era feito por meio do acompanhamento de eventos públicos que ocorreram no período, tanto na cidade de San Cristóbal de las Casas como nos Caracóis Zapatistas: o V Congresso Nacional Indígena (CNI), em que teve início a proposta de lançamento da candidatura de uma mulher indígena para as eleições presidenciais de 2018; a primeira edição do “L@s Zapatistas y las ConCiencias por la Humanidad”; o Seminário “Los muros del capital, las grietas de la izquierda” e a Caravana do Concejo Indígena de Gobierno e de Marichuy para arrecadar assinaturas nos territórios zapatistas.

Acredito que eventos como os que acompanhei constituem um lócus privilegiado da enunciação do discurso zapatista. Discurso esse que se constrói no processo de intermediação com os espaços, grupos e atores envolvidos: voluntários

⁴ Ver, por exemplo, o livro “Sistemas normativos y prácticas autonómicas del pueblo tseltal de Chilón y Sitalá” (2021)

e simpatizantes do zapatismo, sejam esses visitantes ou migrantes, indígenas e não-indígenas, que de alguma forma foram afetados ou influenciados pelos discursos do movimento. Uma análise mais aprofundada sobre esses eventos pode ser encontrada em Lima (2019) e não é o foco do presente artigo. O que cabe aqui abordar é resultado de uma reflexão que emergiu não apenas do contato com essas pessoas, mas principalmente das consequências de um processo histórico. É o que veremos a seguir.

Uma resistência documentada: a consolidação de um terreno moral

Em fevereiro de 1994, o Subcomandante Insurgente Marcos (1994a), um dos principais porta-vozes do movimento, escreveu um comunicado, em que fez uma breve contextualização sobre como iniciaram a escrita de comunicados:

Quando as bombas caíam sobre as montanhas do sul de San Cristóbal de las Casas, quando nossos combatentes resistiam em Ocosingo aos ataques dos federais, quando nossas tropas se reagrupavam depois do ataque ao quartel de Rancho Nuevo, quando nos fortalecíamos em Altamirano e Las Margaritas, quando o ar cheirava à pólvora e sangue, o Comité Clandestino Revolucionário Indígena — Comandância Geral do EZLN me chamou e me disse, palavras mais, palavras menos: temos que dizer a nossa palavra e que outros a escutem. Se não fazemos isso agora, outros tomarão a nossa voz e a mentira sairá das nossas bocas sem querermos. Procura por onde pode chegar a nossa verdade a outros que a querem escutar.

O trecho acima nos remete a uma característica importante do discurso zapatista: ele reivindica a representatividade da voz indígena. Isso pode ser verificado por meio das várias denúncias de agressões, sequestros, prisões, desapropriações, incursões policiais, nas minuciosas descrições sobre a negociação com o governo federal e comissões de intermediação e na tentativa de desmentir rumores considerados falsos.

Os comunicados passaram a ser o veículo preferencial de manifestação dessa verdade. Até hoje eles são um eixo significativo de proliferação de ideias, projetos e

visões de mundo. Seus autores são, em geral, os membros da “Comandância Geral” do “Comitê Clandestino Revolucionário Indígena” (CCRI-CG), ou das “Juntas de Bom Governo” (JBG). De início, após escritos, esses documentos eram levados por pessoas de confiança até três jornais influentes do país (La Jornada, El Proceso, El Financero) e posteriormente publicados na internet.

Por meio dos comunicados, o movimento zapatista publicava e disseminava continuamente a sua versão sobre as vivências de sofrimento e da guerra de baixa intensidade, caracterizada pelo constante cerco realizado pelo exército federal na região. A incursão militar, intensificada no ano de 1995, provocou mudanças drásticas no cotidiano dos municípios e comunidades, em especial em território zapatista. As consequências são diversas: prisões políticas, assassinatos e desaparecimentos de indígenas, desalojamentos resultantes da violência e da insegurança instaladas na região (ARELLANO, 1997).

No início do ano de 1995, a “Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas” (CONGRESO DE LA UNIÓN, 1995) foi aprovada no Congresso da União. Com o objetivo de promover condições jurídicas para a realização de um diálogo com o EZLN para a resolução pacífica do conflito, foi criada por meio dessa lei a “Comissão para o Acordo e a Pacificação” (Cocopa), órgão formado por membros do Poder Legislativo e responsável pela mediação das partes no diálogo proposto.

Em outubro do mesmo ano, foi realizado o primeiro encontro entre o EZLN e o governo federal, resultante dessa proposta, no município de San Andrés Larráinzar. Esse encontro tratou do tema “direitos e cultura indígena”, o primeiro de seis mesas de diálogo planejadas. Essa mesa, que versava sobre a legitimação da autonomia (política, jurídica e econômica) das comunidades indígenas enquanto coletividades etnicamente diferenciadas, também teve a participação de membros da sociedade civil mexicana.

Como resultado desse diálogo, alguns compromissos e propostas conjuntas foram firmadas em fevereiro de 1996, e deveriam ser objeto de reforma constitucional nas instâncias estatais e federais. Em resumo, de acordo com Sámano R., Durand Alcántara e Gómez González (2001, p. 107), o que foi acordado

segue abaixo:

o governo federal se comprometia a reconhecer a autonomia, a livre-determinação e a auto-gestão dos povos indígenas mediante: 1) Reconhecer os povos indígenas na Constituição geral; 2) Ampliar a participação e as representações políticas; 3) Garantir o acesso pleno à justiça; 4) Promover as manifestações culturais; 5) Assegurar educação e capacitação; 6) Garantir a satisfação de necessidades básicas; 7) Promover a produção de emprego e 8) Proteger os indígenas migrantes. Especificamente, tratava-se de estabelecer uma nova relação entre o Estado e os povos indígenas reconhecendo seus direitos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais na Constituição política.

O segundo encontro entre EZLN e governo federal ocorreu no mesmo mês, em fevereiro de 1996 e tinha como tema “Democracia e Justiça”. No entanto, a dinâmica desse diálogo não era a mesma. Os representantes de ambas as partes não chegaram a nenhum consenso, pois membros do governo federal declinaram qualquer proposta apresentada pelos zapatistas ou por membros da sociedade civil. Isso fez com que o diálogo fosse interrompido. Somado a isso, a decisão de condenar como terroristas dois presos supostamente zapatistas foi entendida pelo EZLN como um sinal de que, por parte do governo, não havia interesse no diálogo (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 1996a).

Os Acordos de San Andrés foram suspensos, e a negociação entre as partes só reiniciou em novembro de 1996. Um trecho de um comunicado escrito em agosto expressa o que pensava o EZLN:

Sete meses depois, o chamado tema 1 de San Andrés está no zero, como se nada tivesse sido dialogado, como se não tivesse sido negociado nada, como se nada tivesse sido acordado. Os acordos em “Direitos e Cultura Indígena” não foram cumpridos, nem foi feito nada para cumpri-los. São só papel morto (CCRI DEL EZLN, 1996).

Em novembro de 1996, a Cocopa redigiu e apresentou às partes envolvidas um novo documento, baseado no que havia sido acordado no primeiro encontro dos “Acordos de San Andrés”. O EZLN o aceitou e concordou em continuar com o

diálogo, apesar de sustentar que a proposta não contemplava a totalidade do que havia sido acordado anteriormente (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 1996b). O então presidente Ernesto Zedillo Ponce de León recusou a proposta, alegando que os pontos relacionados à autonomia indígena feriam a constituição e a soberania nacional. Em vez disso, apresentaram outra proposta de reforma constitucional que, por sua vez, foi recusada pelos zapatistas, pois o documento negava tudo o que havia sido consensuado previamente. Segundo o Subcomandante Marcos (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS 1996b) a Cocopa chegou a questionar a postura governamental de reconsiderar algo com o qual haviam concordado: “Quando a Cocopa questionou o motivo de não terem pensado nisso antes, a Secretaria de Governo respondeu que não pensavam que seria necessário cumprir com os acordos” .

Os comunicados eram o veículo de apresentação, documentação e legitimação da versão zapatista para a negociação. Mais que isso, também era uma forma de acusar e deslegitimar a outra parte, como pode ser visto na última citação. Com essa acusação, o EZLN reforça a ideia de que houve um descumprimento intencional de um acordo firmado por parte do governo e, por conseguinte, se colocam numa posição de rejeitados nessa interlocução.

Não havendo consenso entre as partes, as negociações não seguiram adiante durante a gestão de Zedillo. Em março de 1999, os zapatistas fizeram uma consulta aos mexicanos “pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e pelo fim da guerra de extermínio” (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 1998). Essa consulta foi organizada por mais de 850 mil pessoas, sendo cinco mil zapatistas e os demais voluntários da sociedade civil, nos 32 estados da federação. Em território nacional e no exterior, cerca de três milhões de pessoas responderam a consulta, que tinha um formato parecido com um plebiscito. A massiva maioria (95%) se declarou favorável à autonomia e direitos dos povos indígenas mexicanos, os Acordos de San Andrés e a proposta da Cocopa. O resultado foi interpretado pelos zapatistas como uma vitória (SÁMANO RENTERÍA, 2000), mas sequer foi veiculado pelos principais meios de comunicação mexicana.

Apenas na gestão presidencial seguinte, no final de 2000, o tema voltou a ser

pautado pelo governo federal. Ao tomar posse, o novo presidente Vicente Fox encaminhou o documento da Cocopa para ser aprovado no Congresso da União. Em resposta a isso, uma delegação composta por vinte e três zapatistas e o Subcomandante Marcos realizou uma marcha de Chiapas à Cidade do México, a partir de fevereiro de 2001, que ficou conhecida como a Marcha del Color de la Tierra. Essa marcha fez com que, durante os quatro meses que a seguiram, o tema dos direitos e da autonomia indígena fossem pautados cotidianamente no debate público mexicano. Segundo Lario Bastida (2015), esse foi um fenômeno comunicativo que culminou num feito inédito: uma mulher indígena zapatista discursou na plenária do Congresso da União.

No entanto, apesar de toda a repercussão promovida pela marcha, o documento da reforma foi alterado no Congresso da União e aprovado em abril. Nesse documento, os critérios para garantir o uso do território, de recursos naturais e para a livre-determinação dos povos indígenas são estabelecidos apenas pelas instituições estatais (governamentais e judiciais) (LIRA SAADE, 2001).

A concessão desse poder de decisão a respeito da autonomia e do uso do território para as instituições estatais demarca uma série de barreiras para o seu exercício, principalmente considerando a complexidade das conjunturas políticas locais e de seus interesses. Além disso, a ausência de garantia do direito dos grupos indígenas ao usufruto dos seus territórios dá margem à contínua exploração de seus recursos naturais de maneira indiscriminada (SPEED, 2008, p. 159). As negociações entre EZLN e Governo Federal se encerraram e a Reforma foi repudiada tanto por membros da Cocopa como pelo EZLN. O resultado desse processo foi analisado por Speed e Reyes (2008, p. 287):

A retirada governamental dos Acordos de San Andrés cedeu aos zapatistas a superioridade; eles negociaram de boa fé, e o governo mexicano falhou em honrar com seu próprio acordo. Não foi uma surpresa que eles cada vez mais colocaram essa enganação à frente do seu discurso público (. . .) fechando as portas para a possibilidade de alcançar a auto-determinação indígena através de negociações e formas legais, o governo compeliu as comunidades de base Zapatistas a buscar a autonomia unilateralmente.

De acordo com os autores, a superioridade moral adquirida pelo descumprimento governamental fez com que os zapatistas instituíssem de fato os seus espaços autônomos à revelia da legitimação estatal. Interpreto essa superioridade moral como uma consequência do “insulto moral” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004), situação em que um dos sujeitos da relação invisibiliza, nega ou deprecia a identidade do outro.

De acordo com Margalit (2001) as demandas por políticas normativas são melhor identificadas quando baseadas em situações de injustiça e humilhação, o que faz com que os sujeitos que sofreram o insulto moral tenham maior legitimidade em seu pleito. Os comunicados zapatistas passaram a enfatizar o insulto sofrido com o fracasso das negociações, atribuindo qualificações em termos de oposições valorativas aos sujeitos dessa relação (EZLN - Governo Federal): enquanto os zapatistas assumem uma postura moralmente positiva (honra, vontade de dialogar, intenção de paz, verdade, dignidade), o governo é desqualificado com atributos opostos (desonra, mentira).

Como resposta à Reforma, entendida pelos zapatistas como uma negação dos seus direitos, foram criados cinco espaços de governo autônomo chamados “Caracóis”. Esses espaços abrigam as “Juntas de Bom Governo”, entidades que funcionam como mediadoras jurídicas e políticas das bases de apoio zapatistas. Assim, o insulto resultante das negociações frustradas com o governo documentado pelos comunicados zapatistas lhes concedeu o terreno moral para estabelecer a autonomia em seus próprios termos, desconsiderando as leis federais. Mora (2013, p. 59) afirma que esse foi o momento em que um “reconhecimento implícito chegou a níveis de um reconhecimento de fato”.

Leyva Solano (2013), em uma análise sobre as lutas por autonomia em Chiapas, comenta que elas utilizam uma “gramática moral”, na medida em que “movem as fibras do sentimental para nos levar ao âmbito da exclusão, do insulto, da degradação das quais são e se sentem vítimas” (LEYVA SOLANO, 2013, p. 117). Segundo a autora, com base nesses sentimentos de indignação pelo seu histórico de discriminação e marginalização, os povos indígenas de Chiapas reivindicam o

reconhecimento de uma autenticidade enquanto seres diferentes, originários, ou verdadeiros.

A batalha discursiva entre EZLN e governo federal modificou o debate e as políticas sobre direitos indígenas no México. Apesar do processo descrito nesta sessão ter contribuído para essas mudanças, a legitimidade do discurso zapatista supera esse evento, pois exerce influência até os dias atuais. A seguir, analisaremos as qualidades e formato dos próprios comunicados.

Vozes, formas e sentidos

Segundo Bourdieu (2008, p. 89), a importância do discurso depende de elementos que vão além do seu conteúdo, como a “relação entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia, e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo”. A forma como o comunicado zapatista é enunciado e o papel de seus porta-vozes me parecem relevantes para pensar a importância do discurso zapatista.

Com frequência, encontramos nos comunicados zapatistas enunciados como esse: “pela minha voz fala a dor e a raiva de centenas de milhares de indígenas, homens, mulheres, crianças e anciãos” (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MOISÉS, 2014). São enunciados que evocam para esses porta-vozes o poder de falar pelos indígenas a representação da voz indígena. A autoria dos comunicados se centraram, em sua maioria, nos membros do CCRI-CG. Desde a insurgência zapatista até 2014, o Subcomandante Marcos era seu principal porta-voz.

Apesar de sua identidade nunca ter sido revelada pelos zapatistas, o Subcomandante Marcos já se posicionou em um dos comunicados como um “tradutor” (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 1995a), capaz de traspor para outra linguagem (mexicana, internacional, ocidental) os mundos indígenas de onde partem as suas demandas. Seus escritos falam sobre história e cosmologia Maya e trazem várias referências relacionadas aos “usos e costumes” dos povos tsotsiles, tseltales, tojolabales e ch’oles, tais como a sua organização do tempo ou sua concepção de morte (LIMA, 2009). Mas além disso, também dialoga com

referências que vão da literatura ocidental clássica e de escritores latinoamericanos — Shakespeare, Conan Doyle, Miguel de Cervantes, Eduardo Galeano e Luis Villoro — a novelas mexicanas, séries e filmes americanos, futebol e cultura pop (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 1994b, 1995b, 1999, 2011).

As dinâmicas geradas pelas vozes e sentidos acionados nos comunicados também podem ser identificadas nas falas e escritas de outros membros do CCRI-CG, como os Comandantes Tacho, David, Guillermo, Zebedeo e as Comandantas Ramona, Esther, Susana, Fidelia, Rosalinda, dentre outros. Um dos discursos mais relevantes para a história do Movimento Zapatista foi feito na tribuna do Congresso mexicano em 28 de março de 2001, ao final da Marcha del Color de la Tierra. A concessão feita cedia à pressão pública, nacional e internacional, já que essa caravana foi recebida por mais de duzentas mil pessoas no DF. Na ocasião, quase metade dos congressistas se manifestaram como contrários em permitir sua entrada na Plenária e se ausentaram do ambiente em protesto (CARBÓ, 2003). Contrariando as expectativas do público, não foi o Subcomandante Marcos que proferiu o discurso, mas a Comandanta Esther (2001):

A palavra que trazemos é verdadeira. Não viemos para humilhar ninguém. Não viemos para vencer ninguém. Não viemos para suplantar ninguém. Não viemos para legislar. Viemos para que nos escutem e para escutá-los. Viemos para dialogar. Sabemos que a nossa presença nessa tribuna provocou pesadas discussões e enfrentamentos. Houve aqueles que apostaram que usaríamos essa oportunidade para insultar ou pedir contas pendentes e que tudo era parte de uma estratégia para ganhar popularidade pública. Aqueles que pensaram assim não estão presentes. Mas houve aqueles que apostaram e confiaram na nossa palavra. Esses nos abriram essa porta de diálogo e são os que estão presentes. Nós somos zapatistas. Não trairemos a confiança e fé que muitos desse parlamento e do povo mexicano colocaram em nossa palavra (...) Meu nome é Esther, mas isso não importa agora. Sou zapatista, mas isso também não importa nesse momento. Sou indígena e sou mulher, e é isso o único que importa agora.

Os congressistas acreditavam que o discurso zapatista seria de confronto,

mas a fala da Comandanta Esther falou sobre a situação de marginalização em que vivem os indígenas e as mulheres nas comunidades e fez apelos pela aprovação da proposta de lei tal como havia sido entregue ao congresso e por ações de paz em Chiapas. Por fim, disse: “Pela minha voz falaram não apenas as centenas de milhares de zapatistas do sudeste mexicano. Também falaram milhões de indígenas de todo o país e a maioria do povo mexicano” (COMANDANTA ESTHER, 2001).

No dia seguinte, o jornal *La Jornada* publicou um artigo de capa (LA JORNADA, 2001) afirmando que congressistas do mesmo partido do então presidente Vicente Fox haviam planejado realizar um discurso em resposta ao zapatista com o intuito de deslegitimá-lo pela ilegalidade de sua presença naquele espaço. No entanto, o plano “foi desarmado pelas palavras da Comandanta Esther”, resultando em uma fala mais “conciliadora”.

Para Carbó (2003: 133), a fala da Comandanta Esther “provocou uma transformação disruptiva na cena discursiva que teve consequência incomensurável para as formas habituais da instituição parlamentar”. Pelo formato de sua apresentação e um excepcional manejo da situação potencialmente conflitiva, a autora comenta que tal performance resultou em um aumento da legitimidade e da ressonância zapatista.

Segundo Bourdieu (2008), a eficácia simbólica do discurso também depende da posição social do enunciador que é autorizado pelo grupo. No momento em que o grupo concede esse reconhecimento ao porta-voz, também transfere poder e direito de falar e agir pelas pessoas que representa. Esse capital simbólico faz com que essa pessoa deixe de ser um indivíduo em si e encarne uma “pessoa fictícia”, capaz de sintetizar os interesses e a visão de mundo do coletivo.

Em maio de 2014, um professor indígena do Caracol de La Realidad conhecido como “Galeano” foi assassinado. Em homenagem a ele, ocorreu um evento neste caracol com a presença de cerca de 4 mil pessoas, sendo 3 mil indígenas das bases de apoio zapatista e de mais mil simpatizantes mexicanos e estrangeiros. Na ocasião, o Subcomandante Marcos anunciou sua “morte”, ou que seu personagem deixaria de existir e se retirou da mesa em silêncio. Pouco depois, o Subcomandante Moisés anunciou a chegada de um novo companheiro, que falou: “Que tenham boas madrugadas, companheiros e companheiras. Meu nome é Galeano.

Subcomandante Insurgente Galeano. Alguém mais se chama Galeano?”. O público respondeu em grito: “Todos somos Galeano!”. Desde então a pessoa que outrora se identificava como Subcomandante Marcos assumiu a identidade de Subcomandante Insurgente Galeano. Sua história foi alterada, mas não a sua função social e o reconhecimento de seus interlocutores. No entanto, acredito que a importância dos comunicados zapatistas não se limitam à função dos porta-vozes, mas também à forma como eles são escritos.

Quando estive em Chiapas nos anos de 2016 e 2017, notei que San Cristóbal de las Casas era destino de pessoas de várias partes do mundo que se identificavam com o zapatismo. Quando eu perguntava para os estrangeiros o que tinha provocado essa identificação, todos responderam algo que estava relacionado aos comunicados, em especial à forma como eram escritos, diferente dos demais movimentos. Essa diferença está tanto na estética da narrativa como nos tipos de reivindicações que eram feitas.

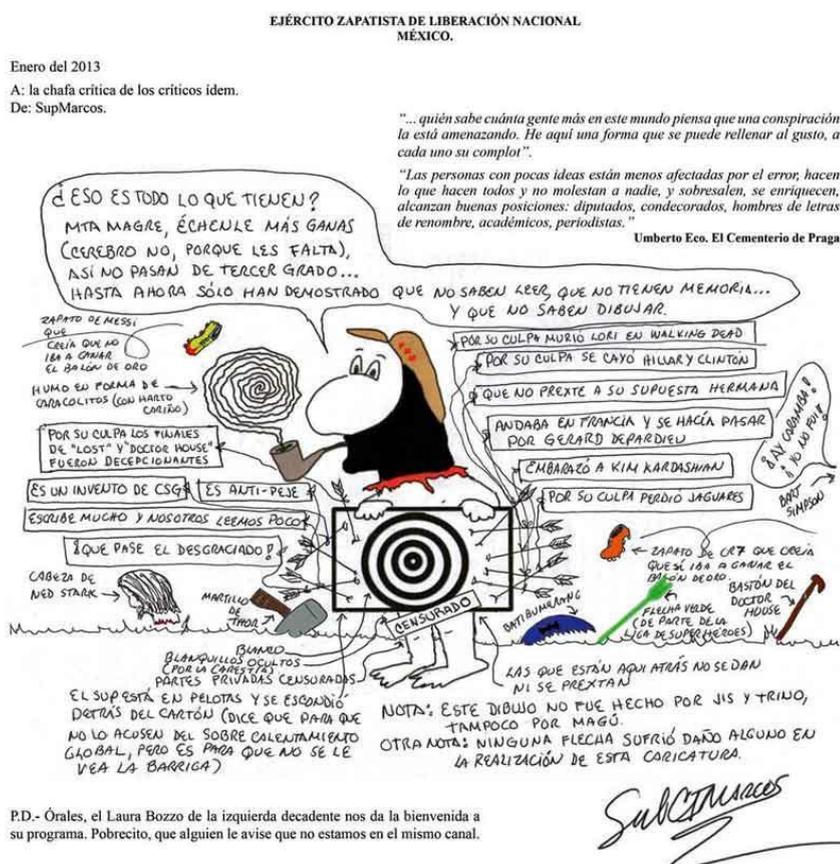
Vejamos um exemplo dessa estética narrativa com um trecho de comunicado publicado em outubro de 2006. Esse comunicado foi pronunciado como discurso no estado mexicano de Sinaloa pelo Subcomandante Marcos (2006) e conta a história do “sapinho-poça”. O protagonista é um sapinho que vivia preocupado porque os sapos eram esmagados por carros e pessoas quando tentavam cruzar a rodovia. O sapinho viu então uma poça no caminho que sobrevivia aos atropelos dos caminhões, pois sempre conseguia voltar à forma original. Ele a perguntou como fazer para sair ileso quando se é esmagado e ela respondeu que só a chuva a faz ter essa forma de poça. O protagonista fica com a dúvida. Como ele faria isso se é apenas um sapo? Ele decide se reunir com outros sapos e discutir o assunto:

Então, pede a palavra e diz: — Companheiros e companheiras sapinhos e sapinhas. Temos esse problema de que se andamos por aí e não tomamos cuidado nos esmagam e morremos, então temos que buscar uma forma para não acontecer isso conosco. E então o que disse o Sapinho, diz: — Já perguntei por aí e a pocinha me disse que tem que “se chover”, mas isso está muito difícil, nós somos sapinhos. Então, que podemos fazer? Pois temos que pensar nisso entre todos, como criamos uma solução para que não nos aconteça isso. E então já se deram conta, pois, de que os carros ou as

peças pisam neles porque não os enxergam. Diz: —É que somos muito pequeninhos. Então, como fazemos para que nos enxerguem? Então, estão discutindo todos juntos e vai passando uma pessoa e vê que tem muitos sapinhos e os contorna. E logo vem passando um carro e vê que tem um grande grupo de sapinhos que estão ali e segue por outro lado. Então, os sapinhos começam a perceber que, quando estão juntos, são visíveis e os respeitam. Então, diz: — Ah! Pois isso é o que temos que fazer, é que já não devemos andar sozinhos, se queremos sobreviver, se queremos viver bem, temos todos que nos unir. E esse foi o acordo a que chegaram (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2006)

Esse conto nos mostra algo dos formatos narrativos utilizados. Ele tem a forma de uma fábula, em que animais assumem características humanas, e apresenta ao final uma lição ou ensinamento: de que a união coletiva torna os fracos mais fortes. Os comunicados zapatistas trazem um repertório vasto de gêneros narrativos além das fábulas. São ensaios, cartas, manifestos, crônicas, análises políticas, sátiras, contos, entre outros. Como já mencionado, eles dialogam com referências que são tanto indígenas como ocidentais. Além disso, os discursos também podem vir apresentados em conjunto com músicas, vídeos, desenhos e fotografias, como é o caso do comunicado a seguir, em formato de Charge:

Figura 1 – Carta gráfica



Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos (2013)

De acordo com Conant (2010), a poética e a literatura são ferramentas utilizadas pelos zapatistas como forma de tradução entre as demandas e concepções indígenas e o pensamento ocidental. Conceitos como território, liberdade e justiça, por exemplo, são concebidos pelos povos originários de maneira diferenciada. Assim, fazer com que a maior parte de seus leitores compreendam essas demandas não é uma tarefa fácil. O autor argumenta que ao misturar referências, sejam indígenas mesoamericanas ou ocidentais, o Subcomandante Marcos cria uma nova linguagem num processo que o autor chama de “poética da resistência”. Ou seja, é: “a soma de valores e visões que ressoam na voz do zapatismo, os símbolos e sentidos usados para vencer a batalha da opinião pública” (CONANT, 2010, p. 13).

Para Guillermo Raiter e Inez Munoz (1997, p. 20), o discurso zapatista era muito diferente do que se costumava observar em enunciados de movimentos de esquerda. Isso não diz respeito apenas à multiplicidade de formatos apresentados, mas a sua adequação ao público a quem era destinado. Isso vale tanto para o formato escolhido de apresentação do discurso no comunicado como ao conjunto de demandas que o movimento apresentou ao longo dos anos.

Ressalto que os estilos de escrita e enunciação dos comunicados apresentam algumas diferenças, a depender do porta-voz. Por exemplo, é interessante notar que o discurso do Subcomandante Insurgente Moisés é repleto de marcadores de oralidade “bom”, “então”, “pois” e “ou seja” e costuma falar sobre memórias e vivências cotidianas. Já a retórica de Marcos/Galeano é facilmente identificável como a que mais agrega e mistura referências ocidentais — como da literatura e da cultura popular urbana e global —. Isso não compromete a complexidade e a multiplicidade de vozes, interesses e poderes que estão em jogo na construção desse cenário que chamamos discurso zapatista.

Associado ao debate sobre direitos indígenas, o movimento zapatista também tem a propensão de pautar demandas que se relacionam com diversos outros movimentos, tais como: questões agrárias, ecologistas, feministas, anticapitalistas. De acordo com Leyva Solano (1999), isso faz com que o zapatismo consiga promover e agregar uma rede político-ideológica com outros atores políticos — ONG's, sociedade civil, organizações populares, demais movimentos sociais, etc. —, que a autora chamou de “Novo Movimento Zapatista”. Segundo a autora, essa rede tem uma “identidade coletiva” e uma “voz heterogênea” (LEYVA SOLANO 1999: 61). As demandas zapatistas agregam vocabulários de outras resistências na construção de um ideal de mundo alternativo, anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, anti-imperialista. Podemos ver um exemplo disso num comunicado produzido em 2018, ao final do “Primeiro Encontro Internacional, Político, Artístico, Desportivo e Cultural de Mulheres que Lutam”.

Essa pequena luz é para ti. Leve-a, irmã e companheira. Quando se sentir só. Quando tiver medo. Quando se sentir que a luta é muito dura, ou seja, a vida, acenda-a de novo em seu coração, em seu

pensamento, em suas tripas. E não fique com ela, companheira e irmã. (. . .) Leve-a e converta-a em raiva, em coragem, em decisão. Leve-a e junte-a com outras luzes. Leve-a e, talvez, chegue logo no seu pensamento que não haverá nem verdade, nem justiça, nem liberdade no sistema capitalista patriarcal. Então talvez vamos voltar a nos ver para tocar fogo no sistema. E talvez você estará conosco cuidando para que ninguém apague esse fogo até que não reste mais que cinzas. E, então, irmã e companheira, nesse dia que será noite, talvez poderemos dizer com você: “bem, agora sim vamos começar a construir o mundo que merecemos e necessitamos”. E então sim, talvez, entenderemos que começa a verdadeira batalha e que agora como se diz que estamos praticando, treinando, para sermos conhecedoras do que é mais importante, do que necessitamos. E isso que se necessita é que nunca mais nenhuma mulher, de qual seja o mundo, de qual seja a cor, de qual seja o tamanho, de qual seja a idade, de qual seja a língua, de qual seja a cultura, tenha medo (MULHERES ZAPATISTAS, 2018).

Esse discurso aborda a dor e a violência sofrida pelas mulheres, mas também critica o capitalismo, o racismo e faz alusão a um mundo diferente. O fato de ter sido enunciado num evento com milhares de mulheres de várias partes do México e do mundo me induz a uma perspectiva de que diferentes interlocutores e ideologias interferem na construção do discurso zapatista. Segundo Leyva Solano (1999), o contrário também ocorre, pois as redes de ativismo civil encontram no zapatismo um meio para a discussão dessas demandas comuns.

Além de agregar vocabulários comuns a outros tipos de ativismo, os zapatistas se reapropriam e dão sentidos próprios a conceitos que são compartilhados, como direitos humanos, democracia, justiça, etc. De acordo com Speed (2008), para os zapatistas, em vez do direito nato e/ou concedido pelo Estado, sua legitimação está em seu exercício. Exercício esse proporcionado pela sua autonomia, que fora reivindicada e posta em prática. Essas construções de sentido, associadas às formas (e mundos) apresentadas discursivamente sob a marca da alternativa ao sistema capitalista, são potenciais atrativos dos interlocutores do zapatismo.

Considerações Finais

No presente artigo, me dediquei a analisar o que contribui para a importância do discurso zapatista. Não há uma resposta consensual para essa questão, mas vários elementos que nos aproximam dela. Para tanto, enfoquei as formas de enunciação do discurso (o papel de seus porta-vozes, os formatos narrativos, a adequação dos destinatários), a relação com seus interlocutores (suas demandas e anseios por um mundo alternativo) e o terreno moral sobre o qual os zapatistas se legitimaram historicamente a partir da recusa governamental aos Acordos de San Andrés.

Os elementos mencionados contribuíram para transformar as maneiras de se fazer resistência indígena em Chiapas. Por meio dos comunicados, os zapatistas não apenas conseguiram matizar as questões indígenas na opinião pública, modificar políticas estatais e a própria constituição mexicana, mas construíram redes político-ideológicas influentes o suficiente para agregar outras em âmbito global.

Referências

ALEJANDRA PARRA, Marcela. **Sociedad Civil, Movimiento Zapatista y Conflicto en Chiapas**. Dissertação de mestrado—México, D.F: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2002.

ARELLANO, José. Estrategia y guerra de baja intensidad. Los grupos paramilitares en Chiapas. **Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi**, v. 1, p. 77–101, 1997.

BARAHONA, Hannah. **Lo que viví en el Primer Encuentro de Mujeres que Luchan**. 2018. Disponível em: <https://www.lajornadadeoriente.com.mx/puebla/primer-encuentro-mujeres-luchan-zapatistas/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo (SP): USP, 2008.

BURBACH, Roger. Roots of the Postmodern Rebellion in Chiapas. **New Left Review**, v. 205, p. 113-124, 1994.

CARBÓ, Teresa. Comandanta Zapatista Esther at the Mexican Federal Congress:

Performance as politics. **Journal of Language and Politics**, v. 2, n. 1, p. 131–174, 13 ago. 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Honra, dignidade e reciprocidade. *Série Antropologia*. v. 344, 2004.

CARRIGAN, A. Chiapas: the first post-modern revolution. **The Fletcher Forum of World Affairs**, vol. 19(1), p. 71–98, 1995.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

CCRI DEL EZLN. **El CCRI-CG del EZLN suspende su participación en los diálogos de San Andrés hasta que existan garantías de un compromiso serio por parte del gobierno**. , 29 ago. 1996. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/08/29/el-ccri-cg-del-ezln-suspende-su-participacion-en-los-dialogos-de-san-andres-hasta-que-existan-garantias-de-un-compromiso-serio-por-parte-del-gobierno/>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

CLEAVER, Harry. The Zapatistas and the Electronic Fabric of Struggle. Em: HOLLOWAY, J.; PELÁEZ, E. (Eds.). **Zapatista! Reinventing Revolution in Mexico**. 1. ed. London: Pluto Press, 1998. p. 81–103.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. **PRIMERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA**. **Enlace Zapatista**, 1 jan. 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 21 ago. 2015

COMANDANTA ESTHER. **Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión**. **Enlace Zapatista**, 28 mar. 2001. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/>>. Acesso em: 10 jul. 2015

CONANT, Jeff. **A poetics of resistance: the revolutionary public relations of the Zapatista insurgency ; being a true tale of a possible better world in its first untamed imaginings**. Edinburgh: AK Pr, 2010.

CONGRESO DE LA UNIÓN. **Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas**. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/177.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

GUILLERMO RAITER, Alejandro.; INEZ MUNOZ, Irene. Zapatista Discourse: what is new. **Common Sense**, v. 21, p. 18–30, 1997.

GRAEBER, David. **Direct Action: An Ethnography**. Oakland: AK Press, 2009.

LA JORNADA. Clamor indígena: “que nos escuchen y respeten”. **La Jornada**, 29 mar. 2001.

LARIO BASTIDA, Manuel. **Los armados de la palabra. Análisis comunicativo de la autonomía zapatista.** Tese de Doutorado—Múrcia, Espanha: Universidad de Murcia, 2015.

LEYVA SOLANO, Xochitl. De las Cañadas a Europa: Niveles, Actores, y Discursos del Nuevo Movimiento Zapatista (NMZ): 1994-1997. **Desacatos**, v. 1, p. 56–87, 1999.

_____. De guerrilla zapatista a Zapatista Social Movement Networks. Em: NOLASCO, Margarita et al. (Ed.). **Los pueblos indígenas de Chiapas: atlas etnográfico.** Ciudad de México: Gobierno del estado de Chiapas e Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2008, p.197–200.

LEYVA SOLANO, Xochitl; ASCENCIO FRANCO, Gabriel. **Lacandonia al filo del agua.** México, D.F.; San Cristóbal de Las Casas; Tuxtla Gutiérrez; México, D.F.: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social ; Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones Humanísticas de Mesoamérica y el Estado de Chiapas ; Gobierno del Estado de Chiapas, Universidad de Ciencias y Artes del Estado de Chiapas ; Fondo de Cultura Económica, 2002.

LEYVA SOLANO, Xochitl; CUBELLS AGUILAR, Lola; LIMA, Júnia Marúsia Trigueiro de. (Eds) **Sistemas Normativos y Prácticas Autonómicas del Pueblo Tseltal de Chilón y Sitalá.** Buenos Aires, San Cristóbal de Las Casas, Chilón, Guadalajara, Ciudad de México: CLACSO; Cooperativa Editorial RETOS; CEDIAC; ITESO; Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez A.C, 2021.

LIMA, Júnia Marúsia Trigueiro de. **O “Caminhar das Palavras”: um estudo sobre formas de resistência no discurso zapatista, 1994-2005.** Dissertação de Mestrado. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.

_____. **Profetas, peregrinos e sobreviventes: discursos de três movimentos indígenas em Chiapas, México.** Tese de Doutorado. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019.

LIRA SAADE, Carmen. Modificaciones del Senado a la ley Cocopa. **La Jornada**, 28 abr. 2001.

MARGALIT, Avishai. **Recognition: Recognizing the brother and the other.** Aristotelian Society Supplementary Volume. **Anais...**Wiley Online Library, 2001. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8349.00082/abstract>>. Acesso em: 30 jul. 2015

MORA, Mariana. La politización de la justicia zapatista frente a la guerra de baja intensidad em Chiapas. Em: SIERRA, M. T.; HERNÁNDEZ, R. A.; SIEDER, R. (Eds.). **Justicias Indígenas y Estado: violencias contemporáneas.** 1. ed. [s.l.] Flacso México; Ciesas, 2013.

MULHERES ZAPATISTAS. **Palavras das mulheres zapatistas no encerramento do Primeiro Encontro Intercontinental, Político, Artístico, Esportivo e Cultural de Mulheres que Lutam no Caracol Zapatista da zona Tzotz Choj. Enlace Zapatista**, 22 mar. 2018. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2018/03/22/palavras-das-mulheres-zapatistas-no-encerramento-do-primeiro-encontro-intercontinental-politico-artistico-esportivo-e-cultural-de-mulheres-que-lutam-no-caracol-zapatista-da-zona-tzotz-choj-10-de-m/>>.

Acesso em: 16 jun. 2018

OHLSON, Olof. **Mexico's Rebellious Afterlives: Armed Uprisings and Activism in the Narco War**. New York: Lexington Books, 2022.

SÁMANO R., M. Á.; DURAND ALCÁNTARA, C.; GÓMEZ GONZÁLEZ, G. Los Acuerdos de San Andrés Larraínzar eb el Contexto de la Declaración de los Derechos de los Pueblos Americanos. Em: ORDÓÑEZ CIFUENTES, J. E. (Ed.). **Análisis interdisciplinario de la declaración americana de los derechos de los pueblos indígenas**. Serie Doctrina jurídica. 1. ed ed. México, D.F: Universidad Nacional Autónoma de México : Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2001. p. 103–120.

SÁMANO RENTERÍA, Miguel Ángel. La Consulta Nacional Zapatista en el Marco del Convenio 169 de la OIT. Em: **Análisis interdisciplinario del Convenio 169 de la OIT: IX Jornadas Lascasianas**. Serie Doctrina jurídica. 1. ed ed. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2000. p. 175–187.

SPEED, Shannon. **Rights in rebellion: indigenous struggle and human rights in Chiapas**. Stanford, Calif: Stanford Univ. Press, 2008.

SPEED, Shannon.; REYES, Alvaro. “Asumiendo Nuestra Propia Defensa”: Resistance and the Red de Defensores Comunitarios in Chiapas. Em: PITARCH RAMÓN, P.; SPEED, S.; LEYVA SOLANO, X. (Eds.). **Human rights in the Maya region: global politics, cultural contentions, and moral engagements**. Durham: Duke University Press, 2008. p. 305–322.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Al periódico El Sur: cómo y por qué fueron apareciendo los destinatarios de cartas y comunicados. Enlace Zapatista**, 11 fev. 1994a. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/11/al-periodico-el-sur-como-y-por-que-fueron-apareciendo-los-destinatarios-de-cartas-y-comunicados/>>. Acesso em: 7 dez. 2015

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **A Eduardo Galeano: anécdotas que sirven para sonreír. Enlace Zapatista**, 1 jul. 1994b. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/07/01/a-eduardo-galeano-anecdotas-que-sirven-para-sonreir/>>. Acesso em: 21 maio. 2018

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Un gran diálogo nacional donde**

se discuta y acuerde un nuevo pacto social y político. , 5 maio 1995a. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/05/05/un-gran-dialogo-nacional-donde-se-discuta-y-acuerde-un-nuevo-pacto-social-y-politico/>>. Acesso em: 8 jul. 2015

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **¡DURITO VI! (El neoliberalismo: la catastrófica conducción política de la catástrofe).** Enlace Zapatista, 16 jul.

1995b. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/07/16/durito-vi-el-neoliberalismo-la-catastrofica-conduccion-politica-de-la-catastrofe/>>. Acesso em: 21 maio. 2018

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **El EZLN recibe la condena impuesta a Javier Elorriaga y Sebastián Entzin, por conspiración, rebelión y terrorismo, como una clara señal de guerra** « Enlace Zapatista. , 5 maio 1996a.

Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/05/05/el-ezln-recibe-la-condena-impuesta-a-javier-elorriaga-y-sebastian-entzin-por-conspiracion-rebelion-y-terrorismo-como-una-clara-senal-de-guerra/>>. Acesso em: 9 jul. 2015

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Historia de una negociación que no fue.** , 8 dez. 1996b. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/12/08/historia-de-una-negociacion-que-no-fue/>>. Acesso em: 9 jul. 2015

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Convocatoria a la Consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio.** Enlace Zapatista, 11 dez. 1998. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/12/11/convocatoria-a-la-consulta-por-el-reconocimiento-de-los-derechos-de-los-pueblos-indios-y-por-el-fin-de-la-guerra-de-extermio/>>. Acesso em: 9 jul. 2015

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Lo otro. Carta 4d.** Enlace Zapatista, 17 out. 1999. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1999/10/16/lo-otro-carta-4d/>>. Acesso em: 21 maio. 2018

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Jornada del 10 de octubre, en el Campo Pesquero Dautillos, Navolato.** Enlace Zapatista, 11 out. 2006. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2006/10/10/jornada-del-10-de-octubre-en-el-campo-pesquero-dautillos-navolato/>>. Acesso em: 16 jun. 2018

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **CARTA PRIMERA (completa) del SCI Marcos a Don Luis Villoro. Las 4 partes del texto Apuntes sobre las guerras, inicio del intercambio epistolar sobre Ética y Política. Enero-Febrero de 2011.** Enlace Zapatista, 9 mar. 2011. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2011/03/09/apuntes-sobre-las-guerras-carta-primera/>>

era-completa-del-sci-marcos-a-don-luis-villoro-inicio-del-intercambio-epistolar-sobre-etica-y-politica-enero-febrero-de-2011/>. Acesso em: 21 maio. 2018

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Carta gráfica del Sup a los críticos chafas. Enlace Zapatista**, 9 jan. 2013. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/01/09/carta-grafica-del-sup-a-los-criticos-chafas-8-de-enero-del-2013-2/>>. Acesso em: 20 maio. 2018

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MOISÉS. **PALABRAS DE LA COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN, EN VOZ DEL SUBCOMANDANTE INSURGENTE MOISÉS, EN EL HOMENAJE AL COMPAÑERO GALEANO. EL DÍA 24 DE MAYO DEL 2014 EN LA REALIDAD, CHIAPAS, MÉXICO. Enlace Zapatista**, 5 maio 2014. Disponível em:

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/26/palabras-de-la-comandancia-general-del-ezln-en-voz-del-subcomandante-insurgente-moisés-en-el-homenaje-al-compañero-galeano-el-día-24-de-mayo-del-2014-en-la-realidad-chiapas-méxico/>>. Acesso em: 14 jul. 2016

SOBRE A AUTORA

Júnia Marúsia Trigueiro de Lima

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2006), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2009) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2019). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da resistência e Movimentos Indígenas. Correio eletrônico: juniama@gmail.com

Recebido em: 26 de outubro de 2022

Aprovado em: 30 de outubro de 2022

Publicado em: 27 de dezembro de 2022